



FACULDADE FERNÃO DIAS – FAFE

Rua Euclides da Cunha, nº 70 – Centro
CEP 06016-030 - Osasco/SP
Categoria administrativa Privada - Particular em sentido Estrito

Mantenedora: Faculdade Antonio Agu Ltda.
CNPJ nº 03.475.713/0001-08

ATOS LEGAIS:

Portaria MEC: nº 1682, data do documento 01/08/2001, com publicação em 06/08/2001. Portarias Ministeriais nº 12 de 16/07/99, nº 1449 de 23/09/99, Portaria SESU/MEC nº 1682/2000 e demais normas e portarias. Promoveu o primeiro vestibular, referente ao período letivo anual de 2002, no período de 09/2001 a 04/10/2001.

Código do INEP 1806

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

- Coordenador: Ivanildo Antonio Paluan
- Representante da Mantenedora: Saburo Matsubara
- Representante do Corpo Docente: Luiz Maximiliano Landscheck e Geraldo Daré Pereira
- Representante do Corpo Discente: Elisangela da Silva
- Representante Corpo Técnico-Administrativo: Paulicéa Gonçalves Leite Santos
- Representante da Comunidade: Elisabete da Silva



RELATÓRIO FINAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2017

A EXPERIÊNCIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA FACULDADE FAFE

A Avaliação Institucional constitui-se em ferramenta chave para o aprimoramento da Instituição de Ensino Superior – IES, conseqüentemente da qualidade de ensino, da extensão, da gestão acadêmica e para fortalecer o seu comprometimento social. Assim, buscando manter e aperfeiçoar a qualidade dos serviços prestados na área educacional de maneira permanente foram desenvolvidas as primeiras Avaliações Institucionais da Faculdade Fernão Dias.

O objetivo principal foi o de implantar e consolidar ao longo do tempo, uma cultura de avaliação junto à comunidade acadêmica, tendo como pressuposto que os padrões de qualidade somente seriam aperfeiçoados mediante um processo que pudesse apontar os pontos positivos, para aprimorá-los, e os fracos, para que fossem corrigidos.

Ao longo do processo a FAFE coletou informações de discentes, referentes à infraestrutura, atendimento e organização dos cursos por meio de formulários de avaliação desenvolvidos por um colegiado para esse fim, dando continuidade ao processo de avaliação.

A IES buscou uma compreensão mais ampla de sua realidade institucional. Em nossa trajetória inicial, podemos apontar como acontecimentos importantes, para a concretização dos propósitos de um processo desse porte, reuniões e palestras sobre o Planejamento Estratégico e Avaliação Institucional que buscaram suscitar questionamentos e reflexões sobre a importância, os parâmetros e as estratégias da Avaliação Institucional.

Após reformulação do plano de avaliação nos anos de 2015 e 2016, a Avaliação Institucional foi realizada com base na participação de docentes, discentes, pessoal técnico-administrativo e a comunidade externa da região. Pudemos constatar que a partir daí a avaliação sofreu alterações em relação as primeiras, e notou-se um aprimoramento e evolução na sistematização dos dados coletados e tabulados, bem como na reflexão dos resultados e na divulgação dos mesmos.

Em abril de 2004 o Presidente da República sanciona a Lei nº 10.861, que institui o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho de seus estudantes.

A partir das orientações do SINAES, fez-se necessário à revisão do processo interno de Avaliação Institucional, buscando ampliar a participação e os indicadores, possibilitando uma compreensão mais apurada da realidade institucional. Em outubro de 2014, foi reestruturada a Comissão de Avaliação Institucional de acordo com as novas



orientações do SINAES constituindo a Comissão Própria de Avaliação – CPA dando início a nova etapa do processo avaliativo levando em considerações as orientações do SINAES.

A FAFE tem desenvolvido seu processo de Avaliação Institucional não exclusivamente pela obrigatoriedade para o seu recredenciamento, mas, também, por reconhecer sua importância como um caminho que possibilitará à Instituição conhecer, de forma mais eficiente e efetiva, sua dinâmica e atuação podendo, portanto, redirecionar suas atividades e reconstruir, como Instituição de Ensino, seu espaço social.

Saburo Matsubara
Diretor Geral



Relatório Final de Autoavaliação Institucional

Ciclo 2017



1. APRESENTAÇÃO

A Faculdade Fernão Dias – FAFE de em consonância com o SINAES prosseguiu a Avaliação Institucional nos anos 2015, 2016 e 2017. Foram avaliados todos os segmentos da IES, respeitando-se as dez dimensões do SINAES. Os resultados desse ciclo (2017) poderão ser apreciados no Relatório - Final da Autoavaliação e também nos relatórios segmentados e seus pareceres.

A Comissão Própria de Avaliação – CPA da FAFE, procurou realizar uma síntese de atividade implementada e analisar os dados coletados, visando à construção e sedimentação de um olhar institucional sobre os resultados obtidos. No trabalho realizado pela FAFE é importante ter a noção de que o relatório final de avaliação constitui-se num documento que contém o olhar macro e sistêmico da instituição.

O relatório final contempla os cinco eixos¹ onde as dez dimensões do SINAES foram agrupadas num “instrumento matricial com cinco eixos”, articulando os micro olhares do contexto institucional. Desta forma na Parte II, é apresentado à avaliação de cada eixo. A parte final do relatório contém a síntese, com conclusões e encaminhamentos, apontando os aspectos considerados significativos pela comunidade acadêmica (docentes e discentes).

Partindo-se do pressuposto de que as mudanças e variações permanentes são contínuas no contexto acadêmico, o relatório institucional é um documento que está sempre aberto para receber as sugestões da comunidade discente e docente, sociedade, egressos e funcionários para a implementação das ações visando a melhoria permanente das atividades acadêmicas. Assim, este relatório representa a síntese do movimento de membros da comunidade acadêmica, possibilitando que a FAFE, continue a sua trajetória na busca pela excelência das ações acadêmicas.

¹ De acordo com a Portaria Nº 92, de 31 de janeiro de 2014, foram aprovados os cinco eixos, com seus respectivos indicadores, do Instrumento de Avaliação Instituição Externa. Tal instrumento sofreu revisão, registrada na Nota Técnica Nº 14/2014-CGACGIES/DAES/INEP/MEC onde as dez dimensões do SINAES foram agrupadas num “instrumento de Avaliação Instituição Externa. Tal instrumento sofreu revisão, registrada na Nota Técnica Nº 14/2014-CGACGIES/DAES/INEP/MEC onde as dez dimensões do SINAES foram agrupadas num “instrumento matricial com cinco eixos”, do seguinte modo: Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação). Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição). Eixo 3– Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes). Eixo 4 – Políticas de Gestão, compreende as dimensões 5 ((Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira). Eixo 5 – Infraestrutura Física: contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física).



2. MISSÃO, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA FAFE

A Faculdade Fernão Dias – FAFE é uma instituição de Ensino Superior, mantida pela Faculdade Antonio Agu Ltda., sociedade civil de Direito Privado, com sede à Rua Euclides da Cunha, n. 70, Bairro Centro, no município de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.475.713/0001-08 com Estatuto original de constituição arquivado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Osasco- SP.

A Faculdade Fernão Dias – FAFE rege-se pela legislação em vigor, pelo Estatuto da Entidade Mantenedora, pelo seu Regimento Geral e pelos autos normativos e regulamentos internos.

A Faculdade Fernão Dias – FAFE – caracteriza-se como uma Instituição de Ensino Superior moderna, ágil, versátil e criativa, em permanente sintonia com a dinâmica do seu tempo. Basicamente a FAFE procura ser uma instituição modelar e competente pela qualidade e amplitude de seus serviços à comunidade, contribuindo para a construção de uma sociedade melhor para todos.

MISSÃO

A Faculdade Fernão Dias tem por missão: Servir a comunidade provendo conhecimento e gerando recursos importantes para o desenvolvimento científico, econômico, profissional, social e cultural da região de Osasco e grande São Paulo, buscando contribuir sempre para o bem-estar da sociedade, de modo a participar no esforço pela melhoria da qualidade de vida, defendendo a expressão e o cumprimento da verdade.

A FAFE, no intuito de concretizar sua missão, aderente ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tem como finalidades:

- I. Formar cidadãos profissionais conscientes e competentes por meio do desenvolvimento de ensino de qualidade e com qualidade;
- II. Promover o estudo, a pesquisa, o ensino e a difusão das Ciências, através do desenvolvimento do espírito crítico e do pensamento reflexivo, proporcionando aos estudantes, condições para, além dos aspectos técnicos, formar o ser;
- III. Estimular, promover e executar pesquisa científica, bem como atividades de educação continuada;
- IV. Suscitar nos seus alunos, o permanente desejo de aperfeiçoamento cultural e profissional;
- V. Prestar serviços especializados às comunidades e estabelecer com elas uma relação de reciprocidade;
- VI. Promover o desenvolvimento das ciências, letras e artes;
- VII. Estender à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades do ensino, e os resultados da pesquisa;



Na consecução de sua missão, a FAFE terá sua atuação pautada no respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana e adotará normas e regimentos baseados em princípios democráticos, não permitindo no âmbito de suas atividades e em suas instalações, ações não aderentes a tais princípios, ainda que se revistam de caráter meramente filosófico.

PRINCÍPIOS

- I. A FAFE baseia sua organização nos seguintes princípios básicos:
- II. Organicidade sustentada por unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- III. Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão;
- IV. Racionalidade administrativa, de forma a obter a utilização máxima dos recursos materiais disponíveis;
- V. Corresponsabilidade de todos os envolvidos no processo, ou seja: corpo técnico-administrativo, corpo docente, corpo discente e mantenedora, na busca da realização dos objetivos da FAFE;
- VI. Flexibilidade de métodos e critérios com vista às diferenças individuais dos alunos, peculiaridades setoriais, dos cursos e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para o estabelecimento de novos programas, cursos e linhas de pesquisa e ou extensão;
- VII. Universidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais do conhecimento humano, estudadas em si mesmas ou em razão de posteriores aplicações em áreas técnicas-profissionais.

OBJETIVOS DA FAFE

- 1) A Faculdade Fernão Dias - FAFE tem como objetivos:

Proporcionar ao aluno uma formação integral e continuada, estimulando-o a conhecer os problemas e valores do mundo contemporâneo e a promover o bem-comum, a partir das dimensões nacionais e regionais, possibilitando sua atuação com qualidade e presteza e promovendo intercâmbios que possam abrir-lhe maiores perspectivas socioculturais.

- 2) Para alcançar tais objetivos, a FAFE propõe-se a:

- a) Promover a integração entre os diversos campos do saber, o encontro com a ciência, respeitando o direito de liberdade e consciência;
- b) Promover o estudo, a pesquisa, o ensino e a difusão das Ciências e da Cultura, por meio do desenvolvimento do espírito crítico e do pensamento reflexivo;
- c) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional,



possibilitando sua concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

d) Prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com ela uma relação de reciprocidade e promover a extensão, aberta à comunidade, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição;

e) Intercambiar com estabelecimentos congêneres e instituições de ensino e pesquisa, públicas ou particulares, nacionais e estrangeiras, para o aprimoramento do ensino nela ministrado e dos projetos nela desenvolvidos;

f) Formar, moral, intelectual e tecnicamente os alunos, dotando-os de elementos primordiais para a convivência num meio seletivo, culto e de paz, bem como contribuir para o progresso do País, de acordo com os grandes objetivos da Educação Nacional definidos no artigo 3º da lei 9394/96, na Constituição Federal e demais legislação pertinente, com destaque para:

- O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- A valorização da experiência extraescolar;
- A dinâmica participativa e responsável;
- O respeito à liberdade e o apreço à tolerância;
- A vinculação da educação escolar, trabalho e práticas sociais.



3. REGIÃO DE ABRANGÊNCIA

O Município de Osasco e Municípios vizinhos, pertencentes ao Estado de São Paulo.

A Faculdade Fernão Dias situa-se na cidade de Osasco (Região Metropolitana de São Paulo – RMSP), numa área densamente povoada e de grande desenvolvimento em todos os campos, com um imenso parque industrial, tecnológico e de serviços. Conhecida como “Cidade-trabalho”, destaca-se pelo empreendedorismo de sua população que, segundo dados do IBGE (2016), está na marca de 700 mil habitantes.

Figura 1 – Mapa da cidade de Osasco



Fonte: IBGE (2016)

Osasco é a segunda economia do Estado de São Paulo (atrás apenas da Capital Paulista) e o 8º PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil. Com a posição, a cidade ultrapassa outras grandes metrópoles, como Campinas e Guarulhos, e algumas capitais, como Salvador (BA) e Fortaleza (CE). O cálculo, que é realizado anualmente, leva em conta todas as riquezas – bens e serviços – produzidas nos municípios brasileiros. Já em valores absolutos, o PIB de Osasco subiu de R\$55,5 bilhões para R\$58,5 bilhões nesse intervalo (IBGE, 2016; CELESTINE, 2016).

Segundo dados do IBGE, a participação de Osasco na formulação do PIB



nacional é de 1,04 %, o que coloca a cidade no grupo das oito do estado de São Paulo que se destacaram na geração de riqueza no Brasil, com participação acima de 0,5% do PIB do país. O Produto Interno Bruto registrado de Osasco é de R\$ 55.515.707, com avanço importante da participação da área de comércio e serviços: 71,7% do total.

Com uma economia pujante, a cidade constitui porta de entrada da RMSP e vive um dos melhores momentos de sua história. O município é, hoje, retrato vivo de uma economia dinâmica, sustentável e com forte progresso social. Um desenvolvimento promovido por indústrias, empresas do comércio varejista e atacadista e prestadores de serviço, que atraíram para a cidade Federações, Associações e outros importantes órgãos de apoio e representação da atividade produtiva. Aqui estão unidades do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP, da Federação das Associações Comerciais – FACESP (representada pela Associação Comercial e Empresarial de Osasco, ACEO), do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE, Junta Comercial e sindicatos, além de unidades do SENAI e SENAC.

Em Osasco, também estão instaladas algumas das empresas que mais movimentam a economia brasileira, como a matriz do Banco Bradesco, uma das maiores instituições financeiras privada do país; o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), segunda maior rede de televisão em nível nacional; o parque gráfico do jornal Diário de São Paulo; a Submarino, maior empresa de comércio eletrônico brasileiro; e o centro de distribuição de grandes empresas como McDonalds, Ponto Frio e Coca-Cola.

Como polo comercial, Osasco é a cidade da RMSP que mais atrai investimentos. No setor varejista e atacadista, destacam-se o hipermercado Wal-Mart, que instalou em Osasco sua primeira loja em território brasileiro, o Sam's Club Atacadista, o Carrefour, o Makro, três grandes shoppings centers (Shopping União, Super Shopping e Osasco Plaza) e dois pequenos (Shopping Galeria e Shopping Pátio Osasco).

Há, ainda, o “Calçadão”, localizado no coração de Osasco, que constitui o mais importante polo comercial varejista do município e o segundo mais forte do Estado de São Paulo, sustentando-se mesmo em meio à crise econômica, com crescente desemprego e alta inflação. Com 30 anos de existência, o local recebe em média 350 mil pessoas por dia em suas mais de 250 lojas, atrás apenas da Rua 25 de Março – o mais tradicional comércio de rua de São Paulo. A Estação Osasco da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) facilita ainda o trânsito de consumidores das cidades



vizinhas – Barueri, Itapevi, Carapicuíba e Cotia – e de outras regiões da Grande São Paulo. De acordo com a FECOMERCIO (2017), considerando o “calçadão expandido”, que abrange as ruas Antônio Agú e Primitiva Vianco, a Avenida João Batista e todas as travessas, somam-se 1.500 estabelecimentos comerciais. Desses, mais de 200 estão sediados no Osasco Plaza Shopping, que também tem uma entrada pelo “Calçadão”.

Por outro lado, as micro e pequenas empresas praticamente duplicaram sua participação na geração de empregos formais, passando de 20% para 40% nos últimos 20 anos. Comerciantes em sua maioria, esses empreendedores representam mais de 9 mil estabelecimentos. Muitos deles, de comerciantes da colônia Armênia de Osasco, estão localizados na rua Antônio Agú. Outro polo regional de consumo é a avenida dos Autonomistas que, em seus 10 quilômetros de extensão, comporta hipermercados, universidades, lojas de automóveis e um shopping center. Juntos, comércio e serviços movimentam a economia de Osasco, criando, a cada mês, 250 novos empreendimentos.

A Região tem uma logística privilegiada. Os 67 quilômetros quadrados de área de Osasco são cortados por rodovias, grandes avenidas e ramais ferroviários e hidrovias que oferecem diversas possibilidades de logística, além de acesso direto à cidade de São Paulo. Com acesso fácil às marginais Pinheiros e Tietê, cortada por três importantes rodovias - Castelo Branco, Raposo Tavares e Anhanguera, e por grande parte da extensão do Rodoanel (sistema viário que visa otimizar o transporte e a distribuição de cargas na RMSP), Osasco tem uma localização privilegiada que atrai ainda mais empresas e empregos para seu território.

A construção do trecho Sul do Rodoanel facilitou o acesso ao complexo Anchieta-Imigrantes, ao Porto de Santos, à região do ABC Paulista e à zona Leste da Capital. Também o trecho Oeste, que corta Osasco, possibilita rápido deslocamento para as cinco rodovias interligadas por esse anel viário. A rede ferroviária que serve a cidade é composta por cinco estações e duas linhas de trem. Este ramal é responsável pelo transporte de 15 milhões de passageiros por ano, entre a região e a Capital. Com a revitalização das ferrovias em todo o país, a infraestrutura de trilhos disponível em Osasco permite criar novas soluções para o transporte de cargas, ampliando as opções de logística para as empresas.

Além disso, o projeto de navegabilidade do Rio Tietê irá ampliar as opções de transporte em Osasco. Assim que for concretizado, a cidade poderá receber terminais



intermodais de transporte rodo-ferro-fluvial, que facilitarão o escoamento de cargas.

Osasco em números:

- Área: 64, 964 Km² (IBGE, 2016);
- Habitantes: 696.382 (IBGE, 2016);
- Eleitores Aptos: 568.329 (TSE, 2016);
- PIB - 2º maior do Estado e 9º do Brasil - R\$ 55.515.707,00 (IBGE, 2016).
- Ranking Estadual da População: 6º maior município do Estado de São Paulo (IBGE, 2016).

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal)	Receita Per Capita
Barueri	259.793	0,786	877,46
Carapicuíba	390.010	0,749	577,56
Cotia	238.189	0,780	882,64
Embu das Artes	264.787	0,735	474,17
Ibiúna	75.390	0,710	504,51
Itapecerica da Serra	166.229	0,742	487,17
Itapevi	229.982	0,735	474,89
Jandira	120.523	0,760	683,76
Juquitiba	30.040	0,709	404,53
Mairinque	45.732	0,743	594,45
Osasco	677.750	0,776	757,55
Piedade	53.230	0,716	488,26
São Lourenço da Serra	15.246	0,728	507,98
Santana de Parnaíba	132.317	0,814	1.507,66
São Roque	85.844	0,768	778,30
Taboão da Serra	275.988	0,769	664,47
Vargem Grande Paulista	50.797	0,770	717,88
NÚMEROS TOTAIS	3.111.847	12,790	11383,24
		Média: 0,752	Média: 669,60

Fonte: SEADE



Conforme pode-se observar na tabela de municípios vizinhos a Osasco, são apontados os dados mais recentes da Fundação Estadual de Análise e Dados - SEADE, a região de abrangência compreende os municípios de:

- Barueri
- Carapicuíba
- Cotia
- Embu
- Ibiúna
- Itapeçerica da Serra
- Itapevi
- Jandira
- Juquitiba
- Mairinque
- Osasco
- Piedade
- São Lourenço da Serra
- Santana do Parnaíba
- São Roque
- Taboão da Serra
- Vargem Grande Paulista

A população total da região mencionada é de 3.111.847 pessoas. A média do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM é **de 0,752**, número revelador de um quadro social que, na nossa concepção, poderia ser sensivelmente melhorado com o oferecimento de uma educação acessível e de qualidade, como a que propomos com os cursos da FAFE.

Como pode-se notar, na tabela a seguir, o rendimento médio dos responsáveis pelos domicílios da região é de R\$ 669,60. A área abriga 540.779 trabalhadores formais que estão alocados em comércios (11.020), empresas de serviços (10.990) e indústrias (3.754) e em outros tipos de estabelecimentos não mencionados aqui, contabilizando um total de 25.764 empresas. Nota-se uma clara demanda para os cursos oferecidos pela FAFE nessas três áreas mais significativas (em número de estabelecimentos).



4. CURSOS OFERECIDOS

Curso	Autorização	Publicação	Reconhecimento	Publicação
ADMINISTRAÇÃO	Portaria 1804 de 15/08/2001	DOU 17/08/2001	Portaria 323 de 04/07/2006 Portaria 074 de 13/02/2017	DOU 05/07/2006 DOU 13/02/2017
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Portaria 3987 de 30/12/2002	DOU 31/12/2002	Portaria 838 14014/04/2011 Portaria 935 de 24-25 /08/2017	DOU 18/04/2011 DOU 25/08/2017
PEDAGOGIA	Portaria 2384 de 07/11/2001	DOU 08/11/2001	Portaria 752 de 06/10/2006 Portaria 796 de 26/07/2017	DOU 10/10/2006 DOU 28/07/2017
DIREITO	Portaria 1935 de 15/07/2003	DOU 17/07/2003	Portaria 79 de 30/01/2008 Portaria 538 de 23/09/2016	DOU 31/01/2008 DOU 26/09/2016
CST-GESTÃO DA TECNOL. DA INFORMAÇÃO	Portaria 186 de 15/02/2007	DOU 15/02/2007	Portaria 444 de 01/11/2011	Dou 03/11/2011
CST-GESTÃO FINANCEIRA	Portaria 493 de 20/12/2011	DOU 27/12/2011	Portaria 344 de 28-29/07/2016	DOU 29/07/2016
CST-RECURSOS HUMANOS	Portaria 186 de 15/02/2017	DOU 06/03/2012	Portaria 622 de 26/06/2017	DOU 26/06/2017
CST-LOGÍSTICA	Portaria 186 de 15/02/2017	DOU 15/02/2007	Portaria 935 de 24-25/08/2017	Dou 25/08/2017
CST-MARKETING	Portaria 186 de 15/02/2007	DOU 15/02/2007	Portaria 457 de 11/06/2015	Dou 12/06/2015
CST-PROCESSOS GERENCIAIS	Portaria 186 de 15/02/2007	DOU 15/02/2007	Portaria 458 de 11/06/2015	Dou 12/06/2015

5. PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

Ato Pedagógico

As dimensões do ato pedagógico, dentro do processo formal de educação, ultrapassam em muito as ações exteriorizadas numa sala de aula. Múltiplas relações estão presentes no ato pedagógico, justificando-o, fundamentando-o, orientando-o ou objetivando-o. Nesse Sentido ele precisa ser analisado e entendido na sua estreita vinculação com o objetivo de desenvolvimento integral do aluno, como indivíduo e sujeito social, e em relação, entre outras, às dimensões ético-política, epistemológica, educacional e técnica (esta última, relativa às diferentes áreas do conhecimento) que o constituem. O ato pedagógico é sempre mais que o ensino, posto que, em cada situação particular, ele vai além dos limites da situação para pôr em questão a existência pessoal na relação com o mundo.

A escola é uma instituição social, faz parte do projeto social que a institui. Assim, em todas as épocas, a prática da educação formal, nos seus diferentes níveis, sempre tende a legitimar a própria sociedade em que tem origem. Nessa perspectiva, pois, a educação "escolar" define-se pela categoria do "dever ser", assumindo funções não só de caráter técnico-científico, mas também político, as quais se imbricam e se complementam. No cumprimento dessas funções afloram relações que se estabelecem entre ciência, educação e sociedade, fazendo com que o ensino se constitua, no



âmbito dessas relações, num fato pedagógico, epistemológico e político (Santos,1998:77)

Assim sendo, ao focalizar as atividades de ensino no processo de educação formal, parece fundamental, para relacioná-las ao universo das aspirações e das necessidades da sociedade, relacioná-las às concepções de ciência que presidem a atividade científica, por força das implicações que essas concepções têm na realidade escolar e, por conseguinte, no cumprimento, pela educação formal, de seu papel social de capitalizar, intelectual e politicamente, o cidadão (MATUS, 1987).

Entendido o ensinar, entre outros aspectos, como um modo de acesso ao conhecimento científico, ele se constitui ao mesmo tempo, num modo de acesso aos resultados produzidos pela ciência e ao processo de produção de conhecimento científico.

Isto equivale a dizer que os conceitos de ciência, de produção de conhecimento científico e do método de fazer ciência refletem no conceito de educação e a atividade de ensino.

6. DIRETRIZES PEDAGÓGICAS GERAIS

As diretrizes Pedagógicas se traduzem por um conjunto de trabalho educativo, uma unidade de caráter funcional e intencional, que tem como condição prévia a determinação valorativa do educador e como objeto a mesma determinação do educando. Tem que ser funcional e intencional, e ao mesmo tempo tarefa concebida com inteligência e responsabilidade; só assim, uma ação em si mesma, caracteriza-se como ação pedagógica.

Para fazê-lo, a Instituição precisa assumir-se plenamente como artífice da arte de contratar e administrar pessoas, e voltar-se para a discussão dos resultados efetivos da ação pedagógica, dos seus agentes, professores e técnicos.

Para alcançar os melhores resultados da ação pedagógica é indispensável que a Instituição possua uma Direção de Ensino que crie, ou fortaleça, as Coordenações de Cursos existentes e respalde as suas propostas.

Os regimentos das Instituições aprovados pelas autoridades do MEC, na sua totalidade, sempre previram o funcionamento das Coordenações de Cursos; a exigência dessa figura regimental não é, e nem foi, uma ficção educacional, mas antes, um indicador da sua necessidade para a qualidade da educação.

Não é quem, mas o que, estabelece o PLANO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL: é o conjunto dos Planos Pedagógicos de cada curso, elaborados pelos coordenadores, juntamente com os professores; e são eles, no seu conjunto, que se tornam o PLANO DE AÇÃO ACADÊMICA da Instituição, exatamente porque são eles que elegem a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade, a contextualização, as práticas e as pesquisas e o envolvimento e a articulação dos diversos setores que compõe a



Instituição, na sua totalidade.

Quem verdadeiramente conduz o PROJETO PEDAGÓGICO da Instituição e lhe garante o sucesso é cada um, e todos os professores, com a sua dedicação, seriedade e responsabilidade, em cada sala de aula, coadjuvado por todos os demais setores da Instituição.

Como se vê, há uma cadeia de atribuições e responsabilidades na consecução de um PLANO DE AÇÃO ACADÊMICA que se inicia com a determinação dos Mantenedores, passa pelo gerenciamento dos Diretores Superintendente, Geral e Acadêmico, realiza-se

na disposição dos diversos Coordenadores de Cursos e no empenho dos Professores, tudo com vistas a alcançar os alunos. A soma destes resultados internos, que serão bons resultados, determina natural a qualidade da Instituição no ambiente em que atua, quando se revela o seu PADRÃO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.

A identidade da Faculdade, como instituição de educação superior, que tem como missão produzir e tornar acessível à sociedade, por meio do educando e do educador, o conhecimento em todas as suas formas, capacitando-os como homens cidadãos, profissionais responsáveis, aptos a promoverem o progresso e o desenvolvimento da humanidade constrói-se continuamente a partir, entre outros, dos referenciais ético-políticos, epistemológicos, educacionais e técnicos presentes nos seus princípios e diretrizes de ação. Tais referenciais, que refletem uma opção da Faculdade, passam a constituir quadro de referências para as ações nela desenvolvidas, favorecendo assim que se efetive, no âmbito do ensino um projeto pedagógico institucional que a diferencie de outras instituições de igual natureza. Reexplicitá-lo sempre, face à dinamicidade que lhes é inerente e à complexificação das relações que encerram, faz-se, pois, importante quando se pretende reavaliar os projetos pedagógicos dos cursos oferecidos na FAFE, qualificá-los e conferir-lhes uma “marca” institucional, uma “grife”.

7. PROPOSTA DE PLANO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Para garantir, principalmente, o fiel cumprimento da sua missão institucional, a FAFE mantém articulação e relações no âmbito do seu Programa de Avaliação Institucional.

Esta avaliação institucional se desenvolve pelo aperfeiçoamento contínuo e permanente da qualidade dos projetos e processos acadêmicos, nas suas múltiplas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Procura-se construir um processo avaliativo participativo da comunidade acadêmica, através da sensibilização de professores, alunos e funcionários administrativos, a fim de proporcionar, através da inovação, a qualidade das atividades acadêmicas, em sua totalidade. A Avaliação



Institucional está balizada numa abordagem teórico-metodológica que privilegia o caráter ético/educativo aliado a uma ação transformadora, promovendo a reflexão continuada e direcionada para o chamado “Novo Paradigma em Educação”.

A avaliação é desenvolvida em cinco etapas: sensibilização, autoavaliação, difusão, heteroavaliação e reavaliação, devidamente articuladas. A Avaliação Institucional contribuirá para uma ação transformadora direcionada para três dimensões: Corpo Docente, Projeto Pedagógico e Infraestrutura.

Quanto ao Corpo Docente, são realizados seminários e fóruns sobre as novas abordagens e estratégias de ensino-aprendizagem, inovações tecnológicas e tendências no campo da educação visando contribuir para a mudança do perfil do professor. Isso reflete de forma positiva em sala de aula e na relação com o aluno, tornando as disciplinas cada vez mais participativas e estimulantes, além de fazer com que os conteúdos programáticos sejam atualizados e, assim, ajustados ao perfil profissiográfico e à realidade econômica-social.

Quanto ao Projeto Pedagógico, deve-se destacar que produz instrumentos para promover e intensificar cada vez mais ajustes e mudanças nos conteúdos programáticos, atendendo às contínuas mudanças econômicas, sociais, organizacionais e tecnológicas.

A terceira dimensão é a Infraestrutura. Os indicadores e instrumentos gerados pela Avaliação Institucional constituindo-se agentes estratégicos para a política de atualização e aquisição de livros e periódicos.

A implementação e o seu desenvolvimento se dá com a constituição da **Comissão Própria de Avaliação**. (O novo Plano proposto pela FAFE procurou contemplar o que dispõe a Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES).

8. OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Projeto de Avaliação Institucional da FAFE, em consonância com o Projeto Institucional, tem como objetivos principais:

- Avaliar, sob um prisma administrativo, a estrutura disponível para o desenvolvimento das atividades acadêmicas;
- Continuar a implantação de uma Cultura Permanente de Avaliação Institucional, ou seja, proceder à instalação de um processo sistemático de Avaliação Institucional, estimulando a autoavaliação permanente, visando a obtenção da consolidação do Projeto Institucional;



- Adotar mecanismos de articulação entre as atividades fim da Faculdade e dessas com as atividades meio – excelência na gestão acadêmica e institucional – visando o incremento da eficiência e da eficácia do processo educacional;
- Acompanhar a execução e subsidiar o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- Oferecer aos docentes, discentes e à administração possibilidades de reflexão sobre sua própria prática acadêmica;
- Estimular o processo de autocrítica na Instituição no que diz respeito a sua perspectiva de produção e transmissão de conhecimento e também no que se refere ao atendimento das demandas científicas e sociais;
- Estabelecer pontos de referência para o aperfeiçoamento e o fortalecimento das ações acadêmicas da FAFE.
- Diagnosticar as condições de oferta e desenvolvimento dos cursos quanto à qualidade do ensino e quando ao alcance dos objetivos de cada curso;
- Definir ações e políticas globais que possibilitem, na prática pedagógica, uma real integração entre ensino, pesquisa e extensão, visando a real inserção da FAFE em seu contexto local, regional e nacional.
- Elaborar uma metodologia de Avaliação das atividades acadêmicas da FAFE possível de integração a um processo de Avaliação nacional desenvolvidos pelo MEC.

9. ETAPAS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional na FAFE é dividida em três etapas, sendo:

Etapa 1 – Sensibilização – A primeira etapa da avaliação tem como objetivo sensibilizar todos os participantes, docentes, discentes, corpo-técnico administrativo, sociedade civil, na importância da participação e demonstrar que avaliação não é meio de penalizar e valorizar qualquer dos itens avaliados (infraestrutura, docente e serviços de terceiros). Mas tem como objetivo poder ouvir como a IES vem desenvolvendo seu programa de qualidade continuada. Demonstrar a importância de ser claro não respostas e que serão estas que poderá facilitar a ação da CPA nas melhorias dos itens apontados e aperfeiçoamento dos itens indicados.

Etapa 2 – Aplicação – Nesta etapa são aplicadas as avaliações institucionais com a participação dos docentes, discentes, corpo técnico-administrativo e sociedade civil.

Etapa 3 – Retorno das informações – Neste etapa é dado o retorno aos docentes, discentes e sociedade civil das informações apuradas. As informações são dadas nas reuniões de representantes de sala, reuniões de professores (Semana de



Estudos Pedagógicos e Plano de Incentivo a Carreira Docente – PICD), nas reuniões da CPA, nas reuniões de colegiados e fixação das informações nos corretores da IES, quadro de avisos das salas de aula.

10. PRINCÍPIOS NORTEADORES

A FAFE adota os seguintes princípios norteadores em seu Projeto de Avaliação:

- Impulsionar um processo criativo de autocrítica;
- Favorecer o estabelecimento de um clima propício a mudança;
- Possibilitar a melhoria das atividades e a explicitação do projeto pedagógico;
- Revestir-se de elevado grau de seriedade e correção, utilizando-se de critérios com ampla legitimidade;
- Ser mais transparente possível, assegurando o debate e a divulgação dos resultados para toda a comunidade;
- Não ser um instrumento de punição ou premiação.

O exposto acima reflete a compreensão da Avaliação como integrante do projeto político-pedagógico da Instituição e supõe uma visão crítica do próprio modo como se organiza hoje o trabalho acadêmico.

Turbino (1997) afirma que “a avaliação cria uma pressão construtiva para a qualidade”. De qualquer modo, os processos de avaliação devem servir para o constante questionamento do cumprimento dos objetivos da Instituição, bem como dos próprios objetivos dos docentes, que precisam ser continuamente analisados e aperfeiçoados na vida acadêmica.

METAS

- 1) Sensibilizar a Comunidade Acadêmica para a participação consciente e efetiva no processo de Avaliação Institucional da FAFE, através de ações sistemáticas e intensivas, por um período de 5 meses, reforçando a sensibilização na sequência do processo.
- 2) Realizar, a autoavaliação da Instituição, tomando como referência as seguintes categorias de análise: curso, corpo docente, corpo discente, condições infraestrutura, gestão administrativa e contexto externo.
- 3) Promover, sistemática e periodicamente, ao longo do processo, a difusão dos resultados da autoavaliação institucional para toda a comunidade acadêmica.
- 4) Realizar, após a conclusão da autoavaliação e por um período de seis meses, a heteroavaliação da Instituição, através da ação de especialistas externos, de competência comprovada tanto nos meios acadêmicos quanto na sociedade.
- 5) Reavaliar a Instituição, reiniciando o processo, determinando prioridades e prazo



em função dos resultados da autoavaliação e das heteroavaliações realizadas.

METAS	AÇÕES		
	Ação	Ordem	Tipo
1	Planejamento Institucional da Avaliação	1	Planejamento da Avaliação Institucional
		2	Seminários e encontros para sensibilização de toda comunidade acadêmica
		3	Fórum de debates.
2	Diagnóstico da Instituição pelos alunos	4	Elaboração do Instrumento de Sondagem
		5	Aplicação do Instrumento de sondagem na ótica dos alunos: - sondagem das expectativas da infraestrutura/recursos; - sondagem das expectativas dos serviços oferecidos; - sondagem das expectativas dos professores na ótica dos alunos; - sondagem dos meios de comunicação utilizados pela FAFE.
		6	Tabulação dos dados das sondagens das expectativas dos alunos.
		7	Parecer parcial do diagnóstico global da instituição, pelos alunos.
3	Diagnóstico da Instituição pelos professores	8	Elaboração do instrumento de sondagem
		9	Aplicação do Instrumento: - sondagem das expectativas da infraestrutura/recursos; - sondagem das expectativas dos alunos na ótica dos professores; - sondagem das expectativas dos professores a ótica dos alunos; - sondagem dos meios de comunicação utilizados pela FAFE.
		10	Tabulação dos dados das sondagens das expectativas dos professores
		11	Parecer final do diagnóstico global da instituição, pelos professores.
4	Diagnóstico da Instituição pelos funcionários técnico-administrativos.	12	Elaboração do instrumento de sondagem.
		13	Aplicação do instrumento de sondagem na ótica dos funcionários técnico-administrativo. - sondagem dos serviços oferecidos pelos setores; - sondagem das convergências institucionais.
		14	Tabulação dos dados das sondagens das expectativas dos funcionários técnico-administrativos.
		15	Parecer parcial do diagnóstico da instituição pelos funcionários técnico-administrativos.
5	Diagnóstico do curso, pelos coordenadores de cursos.	16	Elaboração do modelo de relatório de coordenação de curso.
		17	Distribuição do modelo de relatório de coordenação de curso - Relatório de atividades realizadas; - Relatório de coordenação de curso; Plano de gestão do curso.
		18	Parecer dos relatórios de coordenação de cursos.



6	Diagnóstico do curso, pelos líderes setoriais.	19	Elaboração do modelo de relatório que libere setorial.
		20	Distribuição do modelo de relatório de coordenação de curso: - Relatório de atividades realizadas; - Relatório de avaliação da gestão setorial; - Plano de gestão setorial.
		21	Parecer dos relatórios de líder setorial.
7	Perfil dos Ingressantes	22	Levantamento do perfil socioeconômico do ingressante.
		23	Tabulação dos dados do levantamento do perfil socioeconômico do ingressante.
		24	Parecer parcial do levantamento do perfil socioeconômico do ingressante.
8	Perfil dos egressos	25	Levantamento de dados sobre os egressos.
		26	Tabulação dos dados do levantamento de dados sobre os egressos.
		27	Parecer parcial do levantamento de dados sobre os egressos.
9	Divulgação dos resultados parciais	28	Seminários e Encontros para divulgação dos resultados parciais para toda a comunidade acadêmica.
		29	Fóruns de debates.
10	Divulgação dos resultados finais	30	Elaboração do relatório final sobre o ciclo da avaliação institucional.
		31	Criação de informativo institucional para divulgação dos resultados finais da avaliação institucional.
11	Replanejamento da avaliação institucional	32	Planejamento da avaliação institucional.

Os resultados alcançados bem como as fragilidades e potencialidades e também como são incorporados estes resultados no planejamento de gestão acadêmico-administrativo estão apresentados nas partes II e III.

GESTÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Gestão da Avaliação Institucional da FAFE é desenvolvida através de três instâncias compostas, na sua maioria, por professores, que tem por objetivo encaminhar o processo avaliativo da instituição, por meio da revisão sistemática dos métodos e processos tradicionais, promovendo o engajamento e a participação de toda a comunidade acadêmica e não acadêmica. A sistemática de funcionamento dos trabalhos da Comissão Própria de Avaliação – CPA está descrita na Portaria do Diretor Geral nº 11, de 17 de junho de 2004.

Comitê Central de Avaliação Institucional, que tem por função estabelecer as diretrizes políticas de orientação do processo, bem como a difusão dos resultados formada pela Administração Superior da FAFE



Comissão Própria de Avaliação – CPA I, que tem por função conduzir e operacionalizar todo o Plano de Avaliação Institucional da FAFE, realizado a medição necessária entre a comunidade acadêmica, por meio da Comissão de Curso, e a Administração Superior.

Comissão de Curso, que tem por função acompanhar ativamente todo o processo avaliativo, apresentando relatórios consolidados e exercendo o papel mediador entre a cultura institucional vigente e a cultura avaliativa proposta.

DESENVOLVIMENTO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional tem se caracterizado como ferramenta indispensável para subsidiar o desenvolvimento das instituições de ensino superior, no Brasil. A par das iniciativas governamentais de incentivo às avaliações de resultado e possibilidades concretas de revisão do papel social das organizações universitárias vêm sendo implementadas, enfatizando a importância das avaliações de processo e permitindo o exercício da autorreflexão institucional.

A autonomia efetiva concretiza-se por meio da responsabilidade social, conquistada pela instituição no cumprimento de sua missão e de seus princípios. É possível mantê-la por meio do incentivo à emancipação pedagógica na execução dos seus projetos, pela via da responsabilização coletiva da comunidade acadêmica. Logo, um Plano dessa natureza, não pode ficar atrelado unicamente a um período determinado da vida acadêmica, deve emergir e se pautar na política institucional, determinante que é para a viabilização sistemática e contínua de procedimentos avaliativos com esta finalidade. A elaboração do

Plano de Avaliação Institucional da FAFE nos últimos anos contou com a valiosa colaboração de professores, pertencentes ao quadro da instituição.

As atividades foram conduzidas de forma a colocar em prática propostas que visavam seu aperfeiçoamento e desenvolvimento. A comunidade acadêmica desempenhou papel fundamental para levar a cabo o modelo de avaliação institucional proposta pela IES e sujeitos envolvidos: corpo discente, corpo docente, corpo técnico-administrativo e representantes da comunidade externa.

A escolha por um modelo de avaliação, que respeite a cultura institucional e possa ser construído sistemática e continuamente com a participação da comunidade acadêmica, determina a abordagem teórico-metodológica que, mesmo pautada em processos analíticos quantitativos, não prescinde de uma visão crítico-reflexiva, desde a concepção até a finalização de cada etapa, através da análise contextualizada dos resultados apresentados.

Por isso a FAFE procura construir uma avaliação que privilegie a transparência na condução das ações e enfatize o caráter ético/educativo da proposta, realizando, dessa forma, um trabalho que potencialize o processo avaliativo durante todo o seu



período, visando o crescimento pessoal e profissional, em partícula; e, institucional, em geral.

Assim, a FAFE optou por constituir a sua Comissão Própria de Avaliação, definindo políticas, congregando seu quadro funcional e convocando toda a sua comunidade acadêmica para participar. O plano de Avaliação Institucional foi proposto e legitimado internamente. A partir daí, as etapas foram iniciadas, começando com a sensibilização da comunidade acadêmica. Algumas ações foram implementadas e a preparação da instituição deflagrou a conscientização para o processo avaliativo. A etapa de autoavaliação ou avaliação interna, ora iniciada, pretende disseminar a cultura avaliativa através da contextualização dos programas e projetos que fazem parte desta fase do processo.

É crucial, no processo de avaliação institucional da FAFE, a difusão. Ao longo de sua implementação, o resultado das avaliações esteve à disposição da comunidade acadêmica e da sociedade, por meio de divulgações periódicas. Os resultados do ciclo 2017 serão disponibilizados para a comunidade acadêmica no mural e também na página eletrônica da FAFE.

A cada ano, após o transcurso da implementação de todo o plano, a FAFE promove o replanejamento do processo, dando assim, início à reavaliação, com vistas à superação das dificuldades apresentadas e a transformação da realidade institucional, de acordo com as metas estabelecidas.

A avaliação do ciclo 2017 envolveu diretamente 09 cursos de graduação com alunos regularmente matriculados e 01 curso em fase de captação de alunos, totalizando 10 cursos. No total são 271 alunos respondentes, 20 professores, 01 Coordenador Geral e 06 funcionários técnico-administrativos. Neste ciclo a proposta metodológica contemplou as orientações gerais para o Roteiro de Autoavaliação das Instituições expedido pela CONAES/MEC.



Tabela de respondentes aos questionários das avaliações (2017)

Avaliadores/ Números	Total	Respondentes	Respondentes %
Alunos, Avaliação do Desempenho	483	295	61,07%
Alunos, Avaliação Socioeducacional	483	295	61,07%
Diretor Geral	01	01	100%
Coordenadores	05	05	100%
Coordenador Geral	01	01	100%
Docentes	25	20	80%
Pessoal Técnico Administrativos	06	06	100%
Total			

Convite aos alunos

Caro(a) Aluno(a)

Participe do programa de Avaliação Institucional da Faculdade Fernão Dias, contribuindo com sua opinião.

Avaliação Institucional

Todos contribuindo para um ensino cada vez melhor!



Responda ao questionário de qualquer lugar com acesso à internet, no seguinte endereço:

<http://avafafe.com.br/>

Agradecemos sua participação.
Comissão Própria de Avaliação - CPA



**Faculdade
FERNÃO DIAS**